

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001621-5

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora titular da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, Simone Cristina Schultz Corrêa, com atuação na Curadoria **DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS**, e a pessoa física **MARCOS ALESSANDRO WANDERSEE**, inscrito no CPF n. 901.328.749-20, residente na SC-418, km 11, Serra Dona Francisca, Joinville/SC, proprietário do estabelecimento comercial localizado na SC 418, Km 11, Serra Dona Francisca Joinville/SC,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

CONSIDERANDO que o conceito de meio ambiente descrito na Constituição Federal traduz como interesse difuso, cuja titularidade a todos interessa, incluindo-se neste conceito de titularidade as gerações futuras, sequer nascidas, bem como a necessidade de preservação do meio ambiente ser obrigação imposta a todos, sem exceção;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria

e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

CONSIDERANDO que a condução responsável e legítima de atividade econômica que possa causar e/ou tenha causado consideráveis impactos ambientais requer que em sua implantação seja permitido um real monitoramento por parte da sociedade civil organizada, inclusive através da recuperação de áreas indevidamente degradadas;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que o não cumprimento da legislação ambiental, assim como a falta de licenciamento, provoca degradação ao meio ambiente, causando risco à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório n. 06.2021.00001621-5, em trâmite nesta 21ª Promotoria de Justiça sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, investiga a ocorrência de poluição hídrica em imóvel localizado na SC 418, Km 11, Serra Dona Francisca Joinville/SC;

CONSIDERANDO que o estabelecimento comercial exerce atividade de manutenção de tratores agrícolas e manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, sem licença ambiental para tanto;

CONSIDERANDO que foi lavrado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA o **Auto de Notificação Ambiental n. 004753** em 04 de maio de 2021, tendo como fator gerador a ausência de licença dos órgãos competentes para o exercício da atividade remunerada;

CONSIDERANDO que o procedimento para obtenção das licenças ambientais encontra-se em andamento no Órgão Ambiental Municipal;

CONSIDERANDO a determinação de suspensão das atividades do estabelecimento, enquanto ausente o licenciamento ambiental, conforme o **ANA n.004753**;

CONSIDERANDO que o **COMPROMISSÁRIO** manifestou interesse em firmar termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (fls. 129), a fim de regularizar a atividade empresarial por meio da obtenção das licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

RESOLVEM

celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

Cláusula 1ª - O COMPROMISSÁRIO MARCOS ALESSANDRO WANDERSEE se compromete a cumprir as medidas indicadas pela Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente - SAMA, indicado no Processo de Licenciamento nº 21.0.101928-5, ou outro que venha a substituí-lo, além de outras que se fizerem necessárias, a fim de obter o licenciamento ambiental para o exercício da atividade objeto deste compromisso;

Cláusula 2ª - O COMPROMISSÁRIO MARCOS ALESSANDRO WANDERSEE se compromete a cumprir todas exigências legais, inclusive as antes

explicitadas, obtendo a licença ambiental para o exercício da atividade empresarial, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da assinatura do presente, caso outro não seja fixado pelo órgão ambiental municipal, sob pena da adoção das medidas judiciais e administrativas cabíveis;

Cláusula 3ª - O COMPROMISSÁRIO MARCOS ALESSANDRO WANDERSEE se compromete a atender o ANA n.004753 ao manter suspensas as atividades do estabelecimento, enquanto ausente o licenciamento ambiental;

Cláusula 4ª - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados;

Cláusula 5ª - O não cumprimento, além das medidas já previstas, pelo **COMPROMISSÁRIO**, implicar-lhe-á no pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente termo em 2 vias, que passa a ter eficácia de título executivo extrajudicial (art. 1º da Resolução 179 do CNMP).

Joinville, 13 de outubro de 2021

Simone Cristina Schultz Corrêa
Promotora de Justiça

MARCOS ALESSANDRO WANDERSEE
Compromissário

K